
Acórdão:	13.907/99/3 ^a
Impugnação:	52.885
Impugnante:	Merit - Importação e Exportação Ltda.
Advogado/Procurador:	Nilson Dunga de Oliveira
PTA/AI:	01.000112942-71
Origem:	AF/Governador Valadares
Rito:	Ordinário

EMENTA

Obrigação Acessória - Falta de Entrega de DAPI/ST - Infração caracterizada, nos termos dos arts. 157 e 158 do anexo V, do RICMS/96. Exigência fiscal mantida.

Substituição Tributária - Pneumático - Operação Interestadual - Falta de Retenção e Recolhimento do ICMS/ST. Vendas de pneumáticos a contribuintes mineiros destinados à comercialização, bem como a título de diferencial de alíquota quando destinados ao ativo imobilizado ou consumo do destinatário, sem retenção e recolhimento do ICMS/ST, conforme disposto no arts. 821, do RICMS/91 e 249, anexo IX, do RICMS/96. Acolhimento parcial das razões da Impugnante nos termos do parecer da Auditoria Fiscal. Impugnação parcialmente procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Versa a autuação sobre falta de retenção e recolhimento do ICMS/ST concernentes às operações de venda de pneumáticos a contribuintes mineiros destinados à comercialização, bem como a título de diferencial de alíquota quando destinados ao ativo imobilizado ou consumo do destinatário e, também, sobre falta de entrega de DAPI/ST, nos meses de junho, julho, agosto, outubro a dezembro de 1996 e janeiro a maio de 1997.

Inconformada, a Autuada apresenta, tempestivamente através de procurador regularmente constituído, Impugnação de fls. 87/88, contra a qual o Fisco apresenta manifestação de fls. 97 a 103.

A Auditoria Fiscal, em parecer de fls. 106 a 109, analisa as peças dos autos e conclui pela procedência parcial da Impugnação.

DECISÃO

Nos termos dos arts. 821 do RICMS/91 e 249, anexo IX, do RICMS/96, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS devido nas operações

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

subsequentes praticadas pelos destinatários deste Estado, bem como pelo diferencial de alíquota devido pelos destinatários para seu uso, consumo ou ativo imobilizado, é atribuída ao estabelecimento industrial ou importador estabelecidos em outros Estados.

Entretanto, ao analisar as peças que compõem os autos, verificamos que assiste razão em parte à Impugnante, conforme relatório elaborado pela Auditoria Fiscal de fls. 108 a 109.

No relatório daquele setor, evidencia que parte dos pneumáticos importados não se destinavam a revenda, pois os destinatários são consumidores (Empresas de Transporte), não incidindo no caso a Substituição Tributária.

As demais exigências se encontram em consonância com a legislação aplicável à Matéria.

Diante do exposto, ACORDA a 3ª Câmara de Julgamento do CC/MG, em preliminar, à unanimidade, não acolher a tese de nulidade do Auto de Infração. No mérito, também a unanimidade, em julgar procedente em parte a Impugnação nos termos do parecer da Auditoria Fiscal. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Adevaldo Antônio de Castro (Revisor) e Evaldo Lebre de Lima.

Sala das Sessões, 22/11/99.

Luciana Mundim de Mattos Paixão
Presidente

Laerte Cândido de Oliveira
Relator

LCO/EJ/SM